



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**“Comunismo inimigo de Deus”: uma análise do anticomunismo no
jornal *A Voz Católica* (1960-1966)**

Rodrigo Oliveira de Albuquerque

MACAPÁ-AP
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**“Comunismo inimigo de Deus”: uma análise do anticomunismo no
jornal *A Voz Católica* (1960-1966)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado por Rodrigo Oliveira
de Albuquerque ao Colegiado do
Curso de Licenciatura em História,
para obtenção do título de
Licenciado em História pela
Universidade Federal do Amapá.

Orientador: Prof. Dr. Sidney da
Silva Lobato

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Aline Farias Bandeira Couto – CRB-2 1700/O

A345c Albuquerque, Rodrigo Oliveira de.
“Comunismo inimigo de Deus”: uma análise do anticomunismo no jornal *A Voz Católica* (1960-1966) / Rodrigo Oliveira de Albuquerque. - Macapá (AP), 2026.
1 recurso eletrônico.
40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá (AP), 2026.
Orientador: Sidney da Silva Lobato.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Ditadura Empresarial - Militar. 2. Igreja Católica. 3. Anticomunismo. I. Lobato, Sidney da Silva, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 981.064

ALBUQUERQUE, Rodrigo Oliveira de. “**Comunismo inimigo de Deus**”: uma análise do anticomunismo no jornal *A Voz Católica* (1960-1966). Orientador: Sidney da Silva Lobato. 2026. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá (AP), 2026.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Mary Oliveira e José Nilo Albuquerque, que foram base fundamental de toda a minha trajetória. Que sempre me apoiaram nas minhas decisões, e colocaram minha educação como prioridade, mesmo diante das dificuldades. Aos meus irmãos: Angeline, José Carlos, Raissa e Ruan; que nunca me fizeram sentir sozinho. A conclusão dessa etapa é, antes de tudo, fruto da confiança e do incentivo da minha família, que me tornaram a pessoa que sou hoje. Eu não teria chegado até aqui sem esse suporte, a paciência e as palavras de encorajamento nos momentos mais difíceis.

Nesse momento de felicidade do fim de mais uma etapa da vida, recordo também daqueles que não estão mais presentes em vida, mas que possuem um lugar especial na memória. Em especial minha querida avó Maria de Fátima (*in memoriam*), uma mulher batalhadora, que apesar dos problemas que a afligiam, sempre me recebia com um sorriso no rosto. Nunca me esquecerei dos cafés da tarde cheios de amor e afeto que aconteciam em sua casa.

Agradeço aos amigos que fiz durante a graduação, que contribuíram para minha formação não apenas acadêmica, mas também humana. Em especial: Aline, Sandro, Diana, Jaqueline, Andreza, Poliane e Alana – pessoas que sempre me incentivaram durante a graduação e tornaram o meu cotidiano na universidade mais leve.

Agradeço aos professores Alexandre Cruz e Edinaldo Pereira pelas minhas primeiras oportunidades de bolsa de iniciação científica, que foram de extrema importância para o meu crescimento acadêmico, e facilitaram o meu caminho para a pesquisa. Também agradeço às professoras Mariana Gonçalves, Maura Leal e Julia Monnerat que ampliaram meu olhar sobre a historiografia, me desafiando a questionar, problematizar e compreender a História a partir de outras perspectivas e visões de mundo.

Durante o Curso de História, percebi a dificuldade enfrentada pela historiografia local no que diz respeito à disponibilidade de fontes para a realização de pesquisas. Por isso, o apoio do professor Sidney Lobato foi fundamental, ajudando-me no processo de busca das fontes utilizadas nesta pesquisa, além de me orientar e sempre se mostrar disponível para esclarecer minhas dúvidas, ampliando meu olhar para a perspectiva amazônica na escrita da História.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição do jornal *A Voz Católica* para a construção e difusão do discurso anticomunista no Território Federal do Amapá (TFA), no período entre 1960 e 1966. Busca-se compreender de que maneira o periódico colaborou para a produção de um imaginário anticomunista marcado pelo medo e pela percepção de uma ameaça iminente, configurando-se como um dos elementos de legitimação da instauração da Ditadura empresarial-militar no Território. Partindo da análise de artigos e notícias do *A Voz Católica*, foi possível problematizar como o semanário foi mobilizado enquanto instrumento de propagação dos ideais anticomunistas da Igreja Católica amapaense.

Palavras-chave: Anticomunismo. Igreja Católica. Território Federal do Amapá. Ditadura Empresarial-Militar.

ABSTRACT

This research aims to analyze the contribution of the newspaper *A Voz Católica* to the construction and dissemination of anti-communist discourse in the Federal Territory of Amapá (FTA) between 1960 and 1966. It seeks to understand how the periodical contributed to the production of an anti-communist imaginary marked by fear and the perception of an imminent threat, thus constituting one of the elements that legitimized the establishment of the business-military dictatorship in the Territory. Based on the analysis of articles and news published in *A Voz Católica*, this study examines how the weekly newspaper was mobilized as an instrument for propagating the anti-communist ideals of the Catholic Church in Amapá.

Keywords: Anti-communism. Catholic Church. Federal Territory of Amapá. Business-Military Dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Ação Popular

AMES – Associação Metropolitana de Estudantes Secundários

CDNA – Corpo Diplomático Norte-Americano

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COs – Círculos Operários

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LEC – Liga Eleitoral Católica

PC – Partido Comunista

TFA – Território Federal do Amapá

UME – União Metropolitana dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – ANTICOMUNISMO E CATOLICISMO	12
1.1 – Igreja Católica e o combate ao comunismo.....	12
1.2 – O imaginário anticomunista católico.....	17
CAPÍTULO II– <i>A VOZ CATÓLICA</i> E O ANTICOMUNISMO	23
2.1 – Cuba x <i>A Voz Católica</i>	25
2.2 – Infiltração comunista	28
2.3 – <i>A Voz Católica</i> e o golpe de 1964	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
FONTES	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

O campo temático abordado nesta pesquisa é o anticomunismo. Inicialmente, faz-se necessário estabelecer a distinção conceitual entre comunismo e anticomunismo. Segundo Carla Silva¹, o termo “comunismo” possui antecedentes remotos, podendo ser associado, em sentido amplo, a reflexões presentes já na República, de Platão. Contudo, é a partir da publicação do Manifesto Comunista (1848), de Karl Marx e Friedrich Engels, que o comunismo adquire contornos sistemáticos enquanto doutrina ideológica, estruturada a partir da centralidade da luta de classes e da crítica ao modo de produção capitalista, ganhando projeção na Idade Contemporânea por meio de movimentos revolucionários e experiências políticas concretas. O anticomunismo, por sua vez, consolida-se historicamente como reação a esse comunismo de matriz marxista, dirigindo-se sobretudo às suas formulações teóricas e às suas expressões organizadas no campo político e social. Além disso, como destaca a autora, o anticomunismo não se limita a uma simples oposição ideológica, também estrutura-se como prática discursiva e instrumento de mobilização política, sendo um de seus elementos fundamentais a construção da figura do “inimigo interno”, sendo utilizado pelas elites para justificar a adoção de medidas conservadoras e autoritárias.

Acrescentando a essa perspectiva, Bonet² demonstra que o anticomunismo desempenhou papel central na integração e legitimação de determinados sistemas políticos, funcionando como elemento agregador de forças sociais distintas em torno da defesa da ordem estabelecida. Nesse sentido, é fundamental compreender que o anticomunismo não apenas reagiu ao comunismo existente, mas também produziu sua própria representação do que seria o “comunismo”, frequentemente simplificada, distorcida ou ampliada de modo a potencializar seu caráter ameaçador. Dessa forma, mais do que um reflexo do comunismo real, o anticomunismo constituiu um campo discursivo autônomo, dotado de lógica própria e profundamente influente nas disputas políticas do século XX.

Até o início do século XXI, a menção ao comunismo em produções historiográficas era feita de maneira recorrente, porém sendo utilizada apenas como mais um desdobramento da história política, e não analisado em sua totalidade; o que pode ser

¹ SILVA, C. L. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, v. 2, n. 1, p. 195–228, 2000.

² BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.

explicado pela falta de uma definição teórica do anticomunismo durante esse período³. O anticomunismo, como considera Carla Rodeghero⁴, é um tema que, com o aumento da sua produção historiográfica, passou a ser delimitado e explorado de maneira mais contundente, deixando de ser visto como um elemento pertencente a outros processos históricos ou de uma variável da história política.

A primeira pesquisa de grande fôlego sobre a temática, que acabou se tornando a principal referência, é a tese de doutorado do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, intitulado “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”, em que é feita uma análise de maneira mais ampla e aprofundada do fenômeno anticomunista no Brasil, buscando entender como se fundamentava ideologicamente. Em sua tese, o autor analisa os principais movimentos anticomunistas que ocorreram durante o século XX e os seus impactos políticos. Para Motta⁵, há dois momentos em que o anticomunismo estava em maior evidência e produção no Brasil, primeiro durante a implementação do Estado Novo, em 1935-1937, e no período anterior à Ditadura empresarial-militar⁶, em 1961-1964. No que diz respeito à delimitação da pesquisa, interessa analisar o período anterior à Ditadura, em que o golpe já vinha sendo justificado em face de uma suposta ameaça comunista. Já no contexto da Ditadura vemos o governo investindo na produção de narrativas que exaltavam o papel das Forças Armadas e desqualificavam os movimentos de resistência, retratando guerrilheiros e opositores como terroristas.

Conforme demonstra Rodrigo Patto Sá Motta⁷, o medo foi utilizado como principal ou uma das principais justificativas para a implementação de regimes autoritários no

³ *Ibidem*, p. 199.

⁴ RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

⁶ A escolha desse conceito parte da tese formulada por René Armand Dreifuss, segundo a qual o regime instaurado no Brasil após o Golpe de Estado no Brasil em 1964 deve ser compreendido como uma ditadura empresarial-militar, e não apenas como uma ditadura militar. Para o autor, a derrubada do governo de João Goulart e a consolidação do novo regime resultaram da articulação entre setores das Forças Armadas do Brasil e frações do empresariado nacional e internacional, que atuaram conjuntamente na desestabilização política do governo e na formulação de um projeto de reorganização do Estado brasileiro (ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981).

⁷ *Ibidem*, p. 10.

Brasil. Como complementa Molinari Filho⁸, que utilizou o jornal “O Estado de São Paulo” — especialmente os números publicados entre os anos de 1930 e 1937 — como principal documento para analisar a produção acerca do comunismo, há uma mitificação do que seria a ideologia comunista e a utilização desse recurso mítico para o exercício do poder.

Ao adentrarmos no cenário amazônico, observa-se ainda uma relativa escassez de pesquisas dedicadas ao estudo do anticomunismo enquanto fenômeno histórico estruturado. Com base na produção historiográfica local, que será analisada de maneira mais detida no capítulo seguinte, é possível afirmar que o fenômeno anticomunista também se manifestou no Amapá, recorte espacial delimitado por esta pesquisa.

O Território Federal do Amapá (TFA) estava inserido no contexto ditatorial na Amazônia, onde há a recorrência do discurso que anunciava a integração socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida do "homem amazônico", apresentando os militares como agentes centrais dessa transformação⁹. Essa narrativa desenvolvimentista, no entanto, serviu de base para justificar políticas de ocupação e exploração do território que desmobilizaram os povos tradicionais e marginalizaram suas formas de vida. A existência desse discurso aponta para a relativização do impacto negativo da ditadura na região amazônica. Para além dessa perspectiva desenvolvimentista, já amplamente debatida na historiografia, considero igualmente relevante examinar o aspecto ideológico, nesse caso o anticomunismo, como elemento estruturante da legitimação do golpe na Amazônia e, especificamente, no Amapá.

Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a contribuição do jornal *A Voz Católica* para a construção e difusão de uma narrativa anticomunista no Território Federal do Amapá, no período entre 1960 e 1966. Busca-se compreender de que maneira o periódico colaborou para a produção de um imaginário anticomunista marcado pelo medo e pela percepção de uma ameaça iminente, configurando-se como um dos elementos de legitimação da instauração da Ditadura empresarial-militar no Território. Partindo da análise de artigos e notícias do *A Voz Católica*, pretende-se problematizar como o semanário foi mobilizado enquanto instrumento de propagação dos ideais anticomunistas

⁸ MOLINARI FILHO, Germano. **Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, São Paulo, 1992.

⁹ RODRIGUES, Leonardo. A Tentação do poder: historiografia e memória da Ditadura Militar na Amazônia Brasileira. **Anais do Colóquio de História da Unicap**, [s. l.], v. 17, p. 365–377, 2024. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/2685>. Acesso em: 20 abr. 2025.

da Igreja Católica amapaense, contribuindo para a construção simbólica da figura do comunismo como perigo concreto e presente não apenas no âmbito nacional, mas também, no contexto local.

Esta monografia conta, além desta introdução, com dois capítulos e mais as considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos de modo mais consistente as principais teses existentes na Historiografia Brasileira a respeito do anticomunismo católico. A revisão de literatura é um passo fundamental deste estudo por dois motivos. Primeiramente, por nos dotar de uma visão mais global do fenômeno estudado. Em segundo lugar, por nos fornecer coordenadas mais seguras para entender o quanto o que ocorria localmente estava ou não ligado a atuação de forças sociais de grande envergadura.

No segundo capítulo foi investigado como o periódico que é, ao mesmo tempo, fonte e objeto deste estudo atuou na consolidação de um imaginário que associava a defesa da fé, da ordem e da nação à necessidade de combate à suposta ameaça comunista. Por meio do exame dos textos previamente levantados, foi possível identificar as estratégias discursivas que a Igreja Católica mobilizava para dar força àquele imaginário.

CAPÍTULO I - ANTICOMUNISMO E CATOLICISMO

Para a compreensão do discurso anticomunista praticado pela Igreja Católica amapaense por meio do jornal *A Voz Católica*, torna-se necessário, primeiramente, analisar a relação histórica entre o anticomunismo e essa instituição. Este capítulo tem como objetivo pôr em exame o anticomunismo católico a partir do debate historiográfico que se consolidou nas últimas décadas, destacando o papel desempenhado pela Igreja Católica na construção, difusão e legitimação de um imaginário anticomunista no Brasil ao longo do século XX, com ênfase ao período dos anos 1960, recorte temporal central desta pesquisa e diretamente vinculado ao processo de ruptura institucional que culminou na instauração da Ditadura empresarial-militar no Brasil.

O debate buscará evidenciar que o anticomunismo católico não se restringiu a uma reação circunstancial ou própria de conjunturas específicas, mas constituiu um sistema de representações duradouro, fundamentado em princípios doutrinários, morais e simbólicos. Será abordada a atuação institucional da Igreja, suas publicações, documentos oficiais e práticas discursivas, enfatizando como o comunismo foi sistematicamente enquadrado como uma ameaça moral, espiritual e civilizacional, articulando a lógica maniqueísta entre bem e mal e contribuindo para a naturalização do medo, da vigilância e da repressão.

Dessa forma, pretende-se situar o anticomunismo católico como elemento fundamental para compreender tanto o apoio inicial de amplos setores da Igreja ao golpe de 1964 quanto às tensões internas que marcaram sua relação com a Ditadura empresarial-militar.

1.1 – Igreja Católica e o combate ao comunismo

Ao longo do século XX, a Igreja Católica desempenhou papel fundamental, em termos institucionais, na disseminação do anticomunismo no Brasil¹⁰, concebendo o comunismo como uma doutrina incompatível com seus princípios religiosos e, portanto, como um fenômeno a ser combatido por suas lideranças.

Rodrigo Patto Sá Motta, na sua tese “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)” demonstra que a atuação da Igreja Católica ultrapassou o campo estritamente religioso, influenciando debates públicos,

¹⁰ *Ibidem*, p. 35.

comportamentos eleitorais, ações institucionais e a formação de representações sociais sobre o comunismo. Essa entidade, dotada de forte e ampla influência sobre os diversos setores da sociedade, reconhecida como autoridade moral e presença histórica na vida cotidiana brasileira, tornou-se um dos principais agentes difusores do imaginário anticomunista, especialmente nos momentos de maior tensão política nacional. A análise do autor revela que esse anticomunismo não se limitou à condenação doutrinária do marxismo-leninismo, mas funcionou como mecanismo de defesa institucional, instrumento de disputa simbólica e ferramenta de mobilização social.

Concordando com esse argumento, Carla Rodeghero, em seu artigo “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”, ao abordar a historiografia sobre o anticomunismo no Brasil, destaca que o combate ao comunismo não se restringiu apenas ao plano doutrinário, mas também, assumiu a dimensão cotidiana de seus fiéis; incentivando mobilizações públicas, como as manifestações religiosas e as campanhas de oração coletiva, que apresentavam o comunismo como uma ameaça moral, espiritual e civilizacional.

O anticomunismo católico desenvolveu-se nos diversos espaços de sociabilidade e comunicação da Igreja, sendo difundido por meio de pronunciamentos de autoridades eclesásticas na imprensa, alocações radiofônicas, solenidades públicas, missas especiais e sermões dominicais, além da utilização de jornais católicos, programas de rádio e do ambiente escolar e formativo, como seminários e grupos da Ação Católica¹¹. Essa mobilização também se expressou na produção e disseminação de materiais impressos (livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos) e na atuação de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (Cos) e as Frentes Agrárias¹², que canalizavam o discurso anticomunista para o campo político e social. Dessa forma, a centralidade da Igreja nesse processo evidencia seu papel decisivo na construção e difusão do imaginário anticomunista, conferindo ao movimento legitimidade ética, simbólica e reforçando sua permanência na memória social.

Paulo Cesar Gomes, em seu livro “Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem”, destaca que o anticomunismo constituiu um elemento

¹¹ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 463–488, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>

¹² **Ibidem.**

central na atuação política da Igreja Católica brasileira, especialmente nos anos que antecederam e sucederam o golpe de 1964. Para ampla parcela do episcopado, o comunismo era percebido não apenas como uma ameaça política ou econômica, mas também como um perigo moral por seu caráter materialista, ateu e considerado incompatível com a doutrina cristã¹³. Essa leitura foi reforçada pelo contexto da Guerra Fria e pelo impacto simbólico da Revolução Cubana, que alimentou o temor de uma expansão comunista na América Latina.

Quando adentramos no cenário amazônico e local, torna-se evidente a ainda limitada produção historiográfica dedicada ao estudo do anticomunismo na região. Na historiografia amapaense há a menção de perseguição aos “adeptos ao comunismo”. Santos¹⁴ apresenta notícias de periódicos que evidenciam perseguição a indivíduos considerados pelo Estado golpista como comunistas, repressão aos estudantes universitários amapaenses e acusações de comunismo dirigidas a inimigos políticos. Silva¹⁵, também destaca o anticomunismo praticado pelo governo e pela Igreja Católica amapaense, sendo utilizada como um recurso ideológico e imaginativo para justificar medidas repressivas. Além da conhecida “Operação Engasga”¹⁶, citada pelos dois autores, que ocasionou na prisão arbitrária de indivíduos considerados subversivos. Percebe-se que a produção historiográfica local não faz a utilização do termo “anticomunismo” para designar a aversão ao comunismo por parte do Estado ou de setores da sociedade amapaense, e quando o faz, é de maneira breve, não levando em consideração as suas características mais profundas.

Retornando ao aspecto doutrinário, o combate ao comunismo fundou-se como expressão de um conflito permanente entre forças opostas, associado à lógica maniqueísta

¹³ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

¹⁴ SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação, 1964-1974**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas. Campinas, 2001.

¹⁵ SILVA, Maura Leal da. **O território imaginado: Amapá, de território à autonomia política, 1943-1988**. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

¹⁶ Operação ocorrida em Macapá durante a década de 1970, que ficou marcada pela disseminação de relatos sobre supostos ataques de indivíduos conhecidos como “engasgadores”, que estariam abordando e estrangulando mulheres nas ruas da cidade. A ampla divulgação desses episódios gerou um clima de medo na população e foi utilizada pelas autoridades do então Território Federal do Amapá para intensificar ações policiais, vigilância e detenções (ver: SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação, 1964-1974**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas. Campinas, 2001).

da luta entre o bem e o mal e à atuação do grande adversário espiritual, Lúcifer¹⁷. A construção do comunismo como inimigo absoluto não se explicava exclusivamente pelo temor de sua capacidade de mobilizar as classes trabalhadoras, mas, sobretudo, pelo fato de que, na perspectiva das lideranças católicas, essa doutrina colocava em xeque os pilares essenciais das instituições religiosas:

O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários.¹⁸

A oposição entre caridade cristã e violência revolucionária reforçava essa dicotomia, permitindo à Igreja enquadrar o comunismo não apenas como erro político, mas como desvio moral e ameaça espiritual.

A existência de uma “ameaça vermelha” fundamentou-se, sobretudo, na Encíclica *Divini Redemptoris*, promulgada pelo Papa Pio XI em 1937. Nesse documento, o comunismo é definido como “intrinsecamente mau”, sendo vedada qualquer forma de colaboração dos fiéis com regimes ou movimentos inspirados no marxismo-leninismo¹⁹. Segundo Motta, essa definição assumiu caráter normativo e foi reiterada ao longo das décadas seguintes em Cartas Pastorais, sermões e publicações religiosas, tornando-se um dos principais argumentos de autoridade mobilizados pela hierarquia eclesiástica.

Na análise de Carla Rodeghero, o anticomunismo católico no Brasil esteve estreitamente vinculado à forma como a Igreja passou a interpretar e intervir na chamada “questão operária”, especialmente a partir da década de 1930. Para a autora, esse movimento resultou de uma espécie de “descoberta” do operariado enquanto sujeito social relevante, em um contexto de crescimento da industrialização e de fortalecimento das

¹⁷ MOTTA, 2002. *Op. cit.*, p. 74.

¹⁸ BECKER, João (Dom). *O comunismo russo e a civilização cristã apud*. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p. 37-38

¹⁹ PIO XI. *Divini Redemptoris*. Carta Encíclica, 1937.

organizações de esquerda²⁰. Amparada nos princípios da Doutrina Social da Igreja, formulados inicialmente na encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, e reafirmados pela *Quadragesimo Anno* (1931), a hierarquia católica passou a defender uma leitura da questão operária baseada na colaboração e na harmonia entre as classes, rejeitando explicitamente o conflito social e o antagonismo de classe propostos pelo marxismo.

Ao analisar a encíclica *Rerum Novarum*²¹, Paulo Gomes evidencia que o comunismo era percebido por amplos setores da hierarquia católica como um perigo existencial para a Igreja e para a sociedade. Ele era associado ao materialismo ateu, à negação da transcendência, à destruição da família cristã e à dissolução da ordem social. Assim, combater o comunismo significava, para muitos bispos, defender a fé, a moral cristã e a civilização ocidental.

Apesar das discordâncias que se intensificaram ao longo do regime empresarial-militar, especialmente a partir do endurecimento repressivo pós-1968, a Igreja Católica brasileira, de modo geral, apoiou a instauração do golpe de 1964. Conforme demonstra Paulo Cesar Gomes, esse apoio esteve profundamente relacionado ao imaginário anticomunista compartilhado por amplos setores do episcopado, que percebiam o governo de João Goulart e a mobilização popular em torno das reformas de base como sinais de uma ameaça iminente de implantação de um possível regime comunista no país²². Como destacado anteriormente, a doutrina comunista era entendida não apenas como um projeto político adverso, mas como um perigo para a religião cristã, e, nesse contexto, a intervenção empresarial-militar foi interpretada por uma parte significativa da hierarquia católica como uma ação preventiva e legítima, capaz de preservar a “civilização cristã” e restaurar a ordem²³, razão pela qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) chegou a agradecer publicamente às Forças Armadas por terem “livrado” o Brasil do chamado “perigo vermelho”. Assim, o apoio inicial da Igreja ao golpe inscreveu-se numa tradição histórica de aproximação com o poder temporal e numa estratégia de defesa institucional, ainda que, nos anos seguintes, o agravamento da repressão e a perseguição a membros do clero tenham levado setores do episcopado a reverem gradualmente sua postura frente ao regime.

²⁰ RODEGHERO, 2002. *Op. cit.*

²¹ GOMES, 2014. *Op. cit.*, p. 16.

²² *Ibidem*, p. 24.

²³ *Ibidem*, p. 25.

1.2 – O imaginário anticomunista católico

Como demonstrado na introdução, é importante entender que a doutrina anticomunista formulou a sua própria visão do conceito de comunismo, distorcendo totalmente seus significados. No Brasil, essa doutrina estruturou-se a partir de uma rejeição integral ao projeto revolucionário, o que fez com que as representações se concentrassem quase exclusivamente em seus aspectos considerados negativos²⁴. A partir disso, foi responsável pela formação de um imaginário próprio, composto por um conjunto de imagens e representações destinadas a definir e dar sentido ao comunismo e aos comunistas.

No processo de criação deste imaginário, os comunistas foram responsabilizados por uma ampla variedade de males sociais, econômicos e morais, sendo associados tanto a temores de caráter arcaico, como a imagem da peste e da contaminação, quanto a ansiedades próprias do mundo moderno, como a inflação e a instabilidade econômica, frequentemente interpretadas como estratégias deliberadas de desestabilização da ordem social²⁵. Essa atribuição sistemática de responsabilidades ao comunismo por diferentes formas de crise e desordem social produziu uma representação abrangente e altamente eficaz do comunismo como ameaça permanente e multifacetada

Como apontado anteriormente, o papel da Igreja como instituição foi fundamental para a criação e consolidação do imaginário anticomunista. Conforme analisado por Rodrigo Patto Sá Motta, constituiu-se não apenas como uma posição política circunstancial, mas como um imaginário social duradouro, marcado pela construção do comunismo como ameaça permanente à ordem, à moral e à própria sobrevivência da nação. O “perigo vermelho” era representado como um inimigo difuso e onipresente, capaz de se infiltrar nos mais diversos setores da sociedade como: sindicatos, escolas, partidos, movimentos sociais e até mesmo em instituições religiosas, alimentando um clima constante de vigilância e medo²⁶. Portanto, esse imaginário foi sendo elaborado ao longo do século XX por meio da associação da doutrina marxista a ideias de caos, violência, ateísmo e destruição das instituições tradicionais, ultrapassando o campo da disputa ideológica e assumindo contornos simbólicos que se consolidaram na cultura política brasileira.

²⁴ MOTTA, 2002. *Op. cit.*, p. 71.

²⁵ *Ibidem*, p. 72.

²⁶ *Ibidem*, p. 80.

A suposta infiltração comunista foi sistematicamente representada por meio de metáforas biológicas e patológicas, que o associavam à ideia de ameaça invisível e corrosiva à sociedade, ao equiparar a ação revolucionária a doenças como peste, vírus ou câncer²⁷. Esse discurso reforçava a noção de que o comunismo seria um mal que se infiltra silenciosamente no corpo social, exigindo vigilância constante e, sobretudo, medidas de contenção. Esse tipo de representação não apenas desumanizava os comunistas, mas também naturalizava as práticas repressivas, uma vez que doenças devem ser combatidas e extirpadas em nome da sobrevivência do organismo. A permanência dessas imagens ao longo do tempo revela a força simbólica desse repertório discursivo.

Durante os anos 1960, há uma expressão de forma mais racionalizada e institucionalizada do anticomunismo, indicando uma menor presença do imaginário do mal e mais uma adaptação retórica às novas conjunturas políticas, sem perder seu potencial mobilizador. Como analisado por Patto Sá²⁸, durante esse período, as referências à infiltração comunista ganharam uma maior importância, citando a aliança do presidente João Goulart com o Partido Comunista (PC).

A historiografia sobre a temática anticomunista reforça o papel da Igreja para a consolidação do imaginário anticomunista ao fortalecer a ideia de que o comunismo atuava de forma conspiratória e infiltrada, ameaçando as instituições “por dentro”. Esse discurso é recorrente, sobretudo, a partir da década de 1960, quando associava o avanço das esquerdas à ação de forças externas e estrangeiras, intensificando a percepção de perigo iminente. Desse modo, as organizações católicas não apenas refletiram o imaginário anticomunista de forma ampla, como também contribuíram decisivamente para estruturá-lo, fornecendo linguagem simbólica e forte apelo emocional.

De maneira geral, no contexto que antecedeu a instauração da Ditadura empresarial-militar, observou-se um aumento significativo das denúncias acerca de uma suposta infiltração comunista nas instituições brasileiras. A Igreja Católica figurava de forma ambígua nesse cenário, pois, ao mesmo tempo em que se apresentava como uma das principais denunciadoras dessa infiltração, também passou a ser retratada (por setores conservadores e por parte do discurso anticomunista) como um espaço vulnerável à

²⁷ **Ibidem**, p. 78.

²⁸ **Ibidem**, p. 80.

penetração de ideias comunistas, especialmente em razão da atuação de segmentos identificados com a chamada esquerda católica.

Para exemplificar essa questão, Carla Rodeghero ao tratar da recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964, em sua tese de doutorado intitulada “Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964”, analisa o aprofundamento das tensões políticas e religiosas no início da década de 1960, quando o anticomunismo católico passou a associar de forma cada vez mais direta três elementos considerados ameaçadores: o Partido Comunista Brasileiro, a ala progressista da Igreja Católica e o governo de João Goulart. A historiadora utiliza como uma de suas fontes as correspondências expedidas pelos postos diplomáticos norte-americanos que atuavam no Brasil durante o recorte de sua pesquisa, para verificar como o Corpo Diplomático Norte-Americano (CDNA) avaliava as campanhas anticomunistas e suas interpretações em relação à como os fiéis e membros da Igreja do Rio Grande do Sul viam o anticomunismo.

Rodeghero destaca como exemplo da suposta infiltração comunista na Igreja que alarmava o CDNA, o movimento estudantil, pois, na avaliação dos diplomatas norte-americanos, movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP) estariam contribuindo para garantir a eleição de presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) que eram considerados simpatizantes ou adeptos do comunismo. Além disso, setores conservadores da Igreja passaram a interpretar a atuação da chamada “esquerda católica”, especialmente grupos ligados à JUC, à Ação Popular e a padres engajados em pautas sociais, como evidência de infiltração comunista no interior da própria instituição religiosa²⁹. A aproximação desses grupos com propostas de reformas estruturais, como a reforma agrária e a ampliação de direitos sociais, era frequentemente apresentada como prova de alinhamento ideológico com o marxismo, mesmo quando tais posições se reivindicavam cristãs.

Além disso, a autora demonstra que o governo João Goulart foi progressivamente inserido nesse quadro de suspeição, sendo a sua suposta associação com comunistas, recorrente nas correspondências norte-americanas³⁰. A defesa das Reformas de Base e a disposição do presidente em dialogar com comunistas e movimentos populares reforçaram,

²⁹ RODEGHERO, *Op. cit.*, p. 463–488.

³⁰ *Ibidem*, p. 101.

no discurso anticomunista católico, a ideia de que o Estado estaria sendo instrumentalizado por forças subversivas. Nesse contexto, Goulart passou a ser retratado não apenas como um governante frágil, mas como cúmplice, de forma consciente ou não, de um projeto revolucionário que ameaçava a ordem cristã, a propriedade privada e a estabilidade institucional.

A entidade católica, ao conferir legitimidade simbólica e ética ao discurso anticomunista, pela sua ampla inserção social e de ser reconhecida como autoridade moral e enquadrando o comunismo como “intrinsecamente mau”³¹, deslocava o debate do campo político para o moral e o espiritual, associando o marxismo à negação de Deus, à dissolução da família e à corrosão dos valores cristãos. A eficácia desse discurso foi amplificada pelos instrumentos de comunicação próprios da instituição, sobretudo pelas cartas pastorais, que eram lidas e explicadas obrigatoriamente nas missas dominicais. Para Motta, essa prática conferia ao anticomunismo católico uma capacidade de difusão incomparável, uma vez que alcançava diretamente milhões de fiéis em um país majoritariamente católico. As cartas pastorais não apenas orientavam o comportamento religioso dos fiéis, mas também ofereciam interpretações autorizadas da conjuntura política, contribuindo para transformar o anticomunismo em um componente do senso comum.

Outro importante aspecto da doutrina anticomunista atrelado ao catolicismo é a demonização do comunismo, sendo caracterizado como “cria de Satanás” e como a última e mais perigosa artimanha do “antigo tentador”, responsável por induzir a humanidade ao erro, ao pecado e à desordem social³². Patto Sá evidencia que essa representação não se limitava à identificação direta do comunismo com o demônio, mas se desdobrava em formas indiretas de demonização, por meio de expressões como “trama diabólica” ou “jogo diabólico”, recorrentes na imprensa e nos discursos religiosos³³. Esse procedimento fortalecia a perspectiva de que a ação comunista era guiada por forças ocultas e malignas, o que contribuía para intensificar o medo social e justificar a vigilância permanente contra o chamado “perigo vermelho”.

³¹ MOTTA, 2002. *Op. cit.*, p. 41.

³² *Ibidem*, p. 74-75.

³³ *Ibidem*, p. 76.

Resultante do perigo à moralidade cristã, há a articulação entre demonização e desumanização. A figura do comunista era representada como uma criatura assustadora, frequentemente associada a animais repulsivos ou ameaçadores (serpentes, polvos e hienas) compondo um verdadeiro bestiário anticomunista³⁴. Essa estratégia simbólica, além de explorar medos arcaicos presentes no imaginário coletivo, reforçava a ideia de que o inimigo não pertencia plenamente à esfera humana, legitimando, assim, práticas de exclusão, repressão e violência. Motta conclui que a eficácia da demonização residia justamente em sua capacidade de mobilizar elementos emocionais e religiosos profundamente arraigados na sociedade brasileira. Ou seja, a construção simbólica do comunismo como ameaça demoníaca e destrutiva está introduzida no escopo da naturalização do medo, que legitimava justificava práticas de vigilância e ações autoritárias em nome da defesa da ordem social.

A historiadora Carla Rodeghero realiza, em sua dissertação “O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945–1964)”, uma análise de como se formou e circulou no Sul do Brasil um imaginário anticomunista intenso, fortemente articulado com a atuação da Igreja Católica e de suas redes de comunicação e mobilização social. A partir de fontes como periódicos e boletins arquidiocesanos, além de entrevistas e documentos eclesiais, a autora reconstrói os conteúdos e as imagens que serviam tanto para significar o comunismo quanto para combatê-lo numa região marcada por intensas disputas sociais e políticas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Em sua análise, o imaginário anticomunista não aparece apenas como discurso de elite, mas como um conjunto de representações e práticas que circulavam em boletins, sermões, jornais e atividades paroquiais, contribuindo para tornar socialmente aceitável a ideia de que o comunismo representava um perigo existencial para a fé, a família e a ordem social tradicional.

A obra de Rodeghero também mostra que a Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, não se limitou a condenar o comunismo como ideologia externa abstrata, mas traduzia essa ameaça em termos concretos, muitas vezes associados a cidadãos, movimentos operários, sindicatos e práticas culturais consideradas subversivas, o que ajudou a consolidar uma estrutura de oposição identitária entre “nós” (os católicos e conservadores) e “eles” (os comunistas ou tudo que poderia parecer próximo ao comunismo). Isso envolveu não

³⁴ *Ibidem*, p. 76-77.

apenas a produção de discursos, mas também a organização de redes sociais e instituições que circulavam e reproduziam essas representações no cotidiano.

Como observado, o estudo anticomunismo católico na historiografia também se destaca pela amplitude e diversidade do corpus documental disponíveis, elemento fundamental para fazer análises e interpretações sobre esse movimento ideológico. Como apontado por Rodeghero, há fontes eclesiásticas, periódicos católicos, pronunciamentos oficiais, materiais de propaganda religiosa, documentos de entidades leigas e registros de práticas devocionais que permitem apreender o fenômeno em suas múltiplas dimensões, podendo ser institucional, discursiva e cotidiana³⁵. Esse volume documental possibilita compreender não apenas as formulações teóricas do anticomunismo católico, mas também suas formas concretas de circulação e recepção social, evidenciando, mais uma vez, a influência da Igreja e sua capacidade de difundir representações políticas por meio de diferentes suportes e espaços. Portanto, o volume e a variedade das fontes utilizadas reforçam a compreensão do anticomunismo católico como prática social estruturada, profundamente enraizada no cotidiano religioso e político brasileiro.

A associação entre comunismo, esquerda católica e governo vai além do plano retórico, possuindo efeitos práticos significativos. Sermões, artigos na imprensa católica, documentos episcopais, manifestações públicas e um grande volume de outros documentos contribuíram para difundir a percepção de que o país enfrentava uma crise moral e política. A ala conservadora da Igreja, ao reforçar esse diagnóstico, desempenhou papel decisivo na legitimação de mobilizações de massa que apresentavam a intervenção militar como solução necessária para impedir a “ameaça vermelha”.

³⁵ RODEGHERO, *Op. cit.*

CAPÍTULO II – A VOZ CATÓLICA E O ANTICOMUNISMO

Este capítulo tem como objetivo analisar a contribuição do jornal *A Voz Católica* para o discurso e o imaginário anticomunista no então Território Federal do Amapá, através das notícias e artigos publicados pelo semanário, abarcando o período anterior e os anos iniciais da Ditadura Empresarial-Militar. O jornal citado, de propriedade da Prelazia de Macapá, circulou entre 1959-1974, e hoje faz parte do acervo documental da Cúria Diocesana de Macapá.

Para a realização de uma análise crítica do periódico, torna-se necessário superar concepções positivistas tradicionais que desqualificavam a imprensa em razão de sua parcialidade, desconsiderando-a como objeto legítimo de investigação histórica, tendo em vista a sua configuração como expressão de uma prática social situada historicamente³⁶, ou seja, é preciso reconhecê-la como linguagem constitutiva do social. Assim, a imprensa não deve ser vista como um campo isolado, desvinculado da história social, cultural e política mais ampla, tampouco como perpetuadora da ideia de neutralidade e objetividade³⁷. Ao contrário, os jornais não refletem o real de maneira passiva, pois participam ativamente de sua construção, moldando interpretações, configurando papéis sociais e estruturando formas de pensamento. Nesse sentido, os veículos de comunicação ultrapassam a mera expressão de interesses, constituindo-se como espaços privilegiados de articulação de projetos sociais e de produção de hegemonia.

Capelato³⁸ coloca a imprensa como um objeto privilegiado de investigação histórica, ressaltando seu papel enquanto instância dotada de poder institucional, tanto na esfera pública quanto na privada. Segundo a autora, com a consolidação dos Estados liberais, a imprensa passou a desempenhar funções que extrapolavam a mera difusão de informações, assumindo também a tarefa de expressar a opinião pública, configurando-se como mediadora entre o Estado e a sociedade. A relevância dessa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando se examinam o período anterior e os primeiros anos do regime ditatorial, contexto em que os meios de comunicação assumiram papel central na disputa de sentidos e na legitimação de projetos políticos.

³⁶ CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 20 abr. 2025.

³⁷ **Ibidem**, p. 258.

³⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. Tradução . São Paulo: Humanitas, 2015.

Em matéria publicada no segundo aniversário do *A Voz Católica*, em 29 de outubro de 1961, o periódico enfatiza, entre seus propósitos centrais, a formação de uma consciência cristã esclarecida, sólida e convicta na fé, ao mesmo tempo em que reafirma sua vocação de constituir-se como uma “sementeira de ideias cívicas e cristãs”³⁹. Nas palavras de Dom Aristides Piróvano, fundador do jornal, verdade e caridade são os valores que o norteiam, sendo seu lema “servir à Verdade, ensinar a Caridade!”. O texto evidencia, ainda, a pretensão do semanário intervir nos múltiplos âmbitos da vida social, abrangendo questões relativas ao mundo do trabalho, às relações de classe, à política em suas dimensões territorial, nacional e internacional, bem como à própria “arte de governar”. Percebe-se, nesse contexto, o seu comprometimento com a defesa doutrinária da religião cristã, com a orientação da vida pública segundo esses princípios e com a consolidação de uma identidade católica coletiva no TFA.

Dessa forma, o periódico se tornava uma extensão da Igreja católica amapaense, servindo como uma ferramenta fundamentada na convicção de que a imprensa era um meio estratégico para moldar condutas, preservar a fé e promover uma ordem social alinhada aos valores da Igreja.

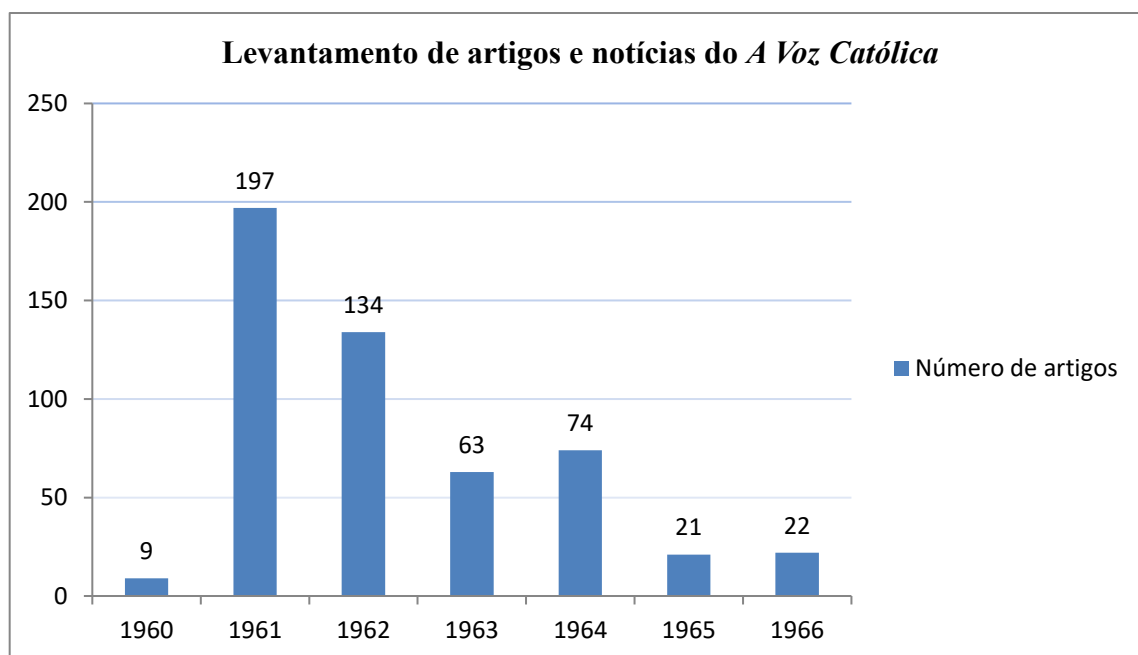
Conforme discutido no capítulo anterior, o comunismo representava uma ameaça direta à Igreja. Ao estabelecer um paralelo entre as publicações do *A Voz Católica* e a produção historiográfica acerca do anticomunismo, observa-se significativa convergência interpretativa quanto a essa percepção. Segundo o periódico, não haveria qualquer possibilidade de diálogo ou cooperação entre católicos e comunistas, seja no plano doutrinário, seja no âmbito social, uma vez que o comunismo teria como objetivo último a conquista do poder, e não a promoção do bem comum. Em tom categórico, afirmava ser incrível que ainda houvesse “pessoas que se dizem católicas e simpatizam com os comunistas”⁴⁰, evidenciando a radicalidade de sua postura e a delimitação rígida de fronteiras ideológicas.

No recorte de 1960 a 1966, foi coletado um volume de 490 notícias e artigos que possuíam conteúdo anticomunista, para alcançar o objetivo da pesquisa esse volume será analisado como corpus documental, focando nas recorrências discursivas, temas centrais e formas de representação do comunismo. É importante salientar que o recorte da pesquisa

³⁹ Aniversaria hoje o nosso Jornal. *A Voz Católica*, n. 105, de 29 de outubro de 1961, p. 1.

⁴⁰ Comunismo inimigo de Deus. *A Voz Católica*, n. 291, de 23 de maio de 1965, p. 4.

está determinado pela disponibilidade e acessibilidade dessa fonte jornalística. Abaixo está o gráfico representando número de notícias por ano:



A partir dos dados apresentados no gráfico, observa-se um crescimento expressivo no número de artigos e notícias publicados em 1961, quando o jornal atinge seu pico no período analisado. Esse aumento pode ser compreendido à luz do contexto internacional, especialmente em razão da consolidação da Revolução Cubana e de seus desdobramentos na América Latina. A repercussão dos acontecimentos em Cuba contribuiu para que o *A Voz Católica* ampliasse a veiculação de conteúdos relacionados ao tema. Após esse ápice em 1961, verifica-se uma tendência de diminuição gradual nos anos seguintes (1962 e 1963), ainda com um grande volume de notícias. Contudo, em 1964, ano do golpe empresarial-militar, nota-se novo crescimento no número de matérias, quando o jornal passa a reforçar de maneira mais sistemática o apoio à intervenção militar.

2.1 – Cuba x *A Voz Católica*

Para Rodrigo Patto Sá, entre 1961 e 1964, ocorreu o segundo grande surto anticomunista⁴¹, com essa ideologia ganhando um papel de grande importância no cenário político brasileiro, que culminaria no golpe militar de 31 de Março. Esse surto resultou da convergência de fatores internos e externos. Entre esses fatores estava o impacto da Revolução Cubana, que inseriu a América Latina no contexto da Guerra Fria. Nessa

⁴¹ MOTTA, 2002. **Op. cit.**, p. 286.

mesma linha de pensamento, Paulo Gomes argumenta que, no contexto de polarização entre Estados Unidos e União Soviética, a consolidação da Revolução em Cuba era um indicativo positivo para o avanço dos ideais soviéticos⁴². Portanto, o país caribenho representava uma ruptura simbólica e estratégica para os Estados Unidos, materializando a presença soviética no seu espaço de influência direta, o que contribuiu para intensificar a leitura de que o avanço do socialismo não era apenas uma possibilidade teórica, mas uma ameaça concreta, capaz de se expandir para outros países da América Latina.

A consolidação do regime de Fidel Castro como um governo de orientação marxista-leninista transformou Cuba em símbolo da “ameaça comunista” no continente, alimentando temores e reforçando estratégias de contenção por parte dos Estados Unidos, cujos reflexos se fizeram sentir de maneira significativa na política brasileira⁴³. Dessa forma, a América Latina, que tinha um papel secundário no contexto da Guerra Fria, passou a ser visto, a partir de Cuba, como suscetível à entrada do comunismo.

Concordando com Patto Sá, a análise conjunta dos artigos publicados pelo *A Voz Católica* que tratam do comunismo em Cuba revela grande medo diante do perigo que essa ideologia supostamente traria para os países latino-americanos. O jornal colocava esse país como primeiro passo da União Soviética para tentar implantar o comunismo na América⁴⁴. Na primeira página do semanário de 7 de maio de 1961, saiu o artigo intitulado “CASTRISMO JÁ É CASTRISTE”, em letras garrafais, no qual o regime Fidel Castro é retratado como uma doença que “só pega em seres inhumanos, que fecham o coração aos gemidos de milhares de inocentes [...]”⁴⁵, e o comunismo como um vírus que estaria ameaçando o continente americano e a sua democracia. Essa equiparação do comunismo à condição de doença, que precisa ser combatida, é parte de uma estratégia desumanização dos comunistas, debatida no capítulo anterior.

Na construção sistemática de um discurso anticomunista marcado por forte carga moral, religiosa, a Cuba Socialista aparece de forma recorrente como exemplo paradigmático dos “males” associados ao comunismo, sobretudo para a religião cristã, com publicações citando perseguição a padres⁴⁶, expulsão de bispos⁴⁷ e ataques contra a

⁴² GOMES, 2014. *Op. cit.*, p. 24.

⁴³ MOTTA, 2002. *Op. cit.*, p. 287.

⁴⁴ Cuba ameaça a democracia das Américas. *A Voz Católica*, de 14 de maio de 1961, n. 81, p. 1.

⁴⁵ Castrismo já é castrite. *A Voz Católica*, de 7 de maio de 1961, n. 89, p. 1.

⁴⁶ Onde domina o comunismo diminuem os padres. *A Voz Católica*, de 25 de março de 1962, n. 126, p. 5.

Igreja⁴⁸. Essa associação entre a “doutrina vermelha” e a perseguição religiosa, reforça a ideia de incompatibilidade absoluta entre comunismo e cristianismo, apontado pela historiografia sobre o anticomunismo. O destaque da repressão à fé em Cuba, busca sensibilizar os leitores, acionando o medo da perda da liberdade religiosa como elemento central do discurso anticomunista católico.

Diante da perspectiva de lados opostos, do “bem” e do “mal”, o cristianismo seria o antídoto para o suposto perigo vermelho. Dessa maneira, o periódico colocava a força moral da Igreja como “uma arma contra o regime comunista em Cuba”⁴⁹. Esses “males” funcionavam como advertência concreta ao público acerca dos riscos que essa ideologia representaria para a sociedade brasileira. Sob esse viés, o caso cubano é mobilizado menos como objeto de análise política específica e mais como símbolo do destino trágico reservado às nações que aderirem ao comunismo.

As notícias também enfatizam de modo reiterado a perda das liberdades civis e violação dos direitos humanos em Cuba⁵⁰, destacando o controle do Estado sobre a sociedade e a repressão a opositores⁵¹. Tais elementos são apresentados como consequências inevitáveis, gerando um cenário de medo e de terror.

Outro aspecto recorrente é a personalização do comunismo na figura de Fidel Castro, frequentemente retratado como líder autoritário, sanguinário e responsável direto pela supressão das liberdades individuais. Um exemplo disso é a publicação intitulada “Contra a vinda do Agente do Kremlin ao Brasil”, da edição de 12 de dezembro de 1960, em que Castro é chamado de ditador marxista e traidor de Cuba e do continente, que além de iludir a população cubana, iludiu também, a população brasileira. Essa personalização contribui para simplificar o fenômeno político, transformando o comunismo em uma ameaça concreta encarnada em figuras específicas, o que facilita sua demonização. Fidel Castro aparece não apenas como dirigente político, mas como símbolo do despotismo e da violência associados à doutrina comunista, reforçando a leitura maniqueísta que opõe líderes comunistas à ordem cristã e democrática.

⁴⁷ Bispos e padres expulsos de Cuba. **A Voz Católica**, de 24 de setembro de 1961, n. 100, p. 1.

⁴⁸ Hostilidade contra a igreja em Cuba. **A Voz Católica**, de 30 de abril de 1961, n. 79, p. 1.

⁴⁹ Força moral da Igreja em Cuba. **A Voz Católica**, de 20 de novembro de 1960, n. 56, p. 2.

⁵⁰ Intercedem por prisioneiros cubanos os democratas-cristãos do Caribe. **A Voz Católica**, de 25 de maio de 1961, n. 87, p. 1

⁵¹ Onda de terror em Cuba. **A Voz Católica**, de 7 de maio de 1961, n. 80, p. 1.

Além disso, observa-se a recorrência de uma retórica alarmista e pedagógica. O discurso não se limita à denúncia do regime cubano, mas busca orientar comportamentos, reforçando a necessidade de vigilância, mobilização e engajamento dos católicos na defesa da fé, da família e da ordem social. Nesse sentido, o jornal cumpre uma função normativa, indicando como os fiéis leitores deveriam interpretar a conjuntura internacional e se posicionar politicamente frente ao avanço do comunismo.

2.2 – Infiltração comunista

Como mencionado no capítulo anterior, durante a década de 1960, a Igreja Católica teve um papel fundamental na consolidação do imaginário anticomunista, através da difusão da ideia de que o comunismo operava de forma conspiratória e infiltrada, ameaçando as instituições por dentro. A questão da infiltração é apresentada pelo *A Voz Católica* não apenas como uma preocupação política, mas como uma ameaça existencial e espiritual que exigia vigilância constante das instituições brasileiras. E os estudantes e trabalhadores constituíam os grupos que o jornal considerava mais suscetíveis a serem cooptados pela “ala vermelha”.

De modo geral, os artigos analisados apresentam os estudantes como um campo estratégico da atuação comunista, sendo frequentemente retratados como alvo prioritário de infiltração ideológica. Em artigo escrito por Uadih Charone⁵², os adultos – nesse caso, os cristãos – são colocados no papel de mestres para os jovens idealistas que, na fase de decidir o seu futuro, podem acabar enveredando para caminhos maléficos sem perceber. Ou seja, o caminho do comunismo, que é descrito como uma força maléfica, conspiratória e estrangeira que busca se infiltrar no meio estudantil, aproveitando-se de jovens de “fácil manuseio”. Diante desse perigo vermelho, o semanário se coloca como amigo do estudante amapaense, pedindo meditação e um olhar na perspectiva cristã para não deixar o “mal contaminar a massa”, caso contrário, tanto a Pátria quanto a família estariam ameaçados.

A juventude aparece como vulnerável e, ao mesmo tempo, como espaço decisivo para a disputa política e moral contra supostos estudantes comunistas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) era definida como uma entidade que estava “nas mãos dos vermelhos”⁵³, incapaz de representar legitimamente os estudantes brasileiros. O jornal

⁵² CHARONE, Uadih. Nós somos amigos do estudante amapaense. *A Voz Católica*, de 23 de junho de 1963, n. 191, p. 1.

⁵³ Cerremos fileiras contra o comunismo. *A Voz Católica*, de 21 de abril de 1961, n. 82, p.1.

ênfatiza repetidamente dissidências, rompimentos e manifestações contrárias à UNE, como forma de reforçar a ideia de que o movimento estudantil estaria dividido entre uma minoria comunista e uma maioria silenciosa, cristã e nacionalista. O que era repassado ao público-alvo, com esse tipo de discurso, é a deslegitimação política da organização estudantil, justificando ações de vigilância e repressão.

Na edição de 25 de junho de 1961, ao noticiar o desligamento de faculdades dessa “entidade comunista”, membros da UNE são chamados de traidores, exploradores de sua classe e “estudantes-pelegos” que não estudam e desonram a classe estudantil⁵⁴. Textos como esse expressam a preocupação com indivíduos infiltrados, ao mesmo tempo em que procuram demonstrar que haveria uma reação anticomunista por parte de setores estudantis considerados patrióticos e cristãos.

Um exemplo dessa reação pode ser observado na matéria veiculada em 18 de novembro de 1962, na qual se divulgava que a União Metropolitana de Estudantes (UME) e a Associação Metropolitana de Estudantes Secundários (AMES) haviam retornado à direção de “elementos democratas”⁵⁵, após um período em que, segundo o periódico, tais entidades teriam permanecido sob a liderança de comunistas. De acordo com a narrativa apresentada, esse processo contou com a contribuição decisiva das autoridades eclesásticas, que ressaltavam a necessidade da presença de dirigentes identificados com a “democracia” para que essas organizações estudantis estivessem aptas a enfrentar a UNE, entendida pela Igreja como uma poderosa célula de infiltração comunista.

Os artigos frequentemente faziam a divisão entre estudantes democratas e comunistas, que se opõe, havendo estudantes “bons” e “maus”, estabelecendo uma distinção moral. Os estudantes anticomunistas são descritos como defensores da fé, da família e das “tradições cristãs”, enquanto os estudantes ligados ao comunismo são retratados como traidores da pátria, manipulados por interesses estrangeiros ou agentes conscientes da subversão. Essa polarização reforça novamente a leitura maniqueísta da realidade, que faz parte do imaginário anticomunista, no qual o conflito político é traduzido em termos morais absolutos.

⁵⁴ Já não pode a UNE falar em nome dos estudantes do Brasil. **A Voz Católica**, de 25 de junho de 1961, n. 87, p. 1.

⁵⁵ Estudantes derrotam comunismo. **A Voz Católica**, de 18 de novembro de 1962, n. 160, p. 1.

Observa-se semelhanças entre a narrativa que o jornal faz ao tratar dos trabalhadores com a que trata os estudantes. *A Voz Católica* também faz a diferenciação entre o trabalhador democrata e o trabalhador extremista – este último identificado ao comunismo. Como em “Enérgica reação dos operários democratas contra extremistas”, de 25 de junho de 1961, em que se constrói a imagem dos comunistas como uma minoria manipuladora, incapaz de conquistar hegemonia de forma legítima, recorrendo, por isso, à criação de estruturas unitárias, como “Frentes Únicas”, “Pactos”, “Conselhos”, que seriam dominadas pela “coação” e pela “atemorização”⁵⁶. O artigo também celebra o afastamento de órgãos sindicais do Conselho Sindical, iniciado em São Paulo, não como uma perda de unidade da classe trabalhadora, mas como uma libertação. É uma representação que reforça a ideia de infiltração e domínio indireto, em que o comunismo não se impõe pela maioria, mas pela distorção das formas de organização coletiva. E por isso a desunião sindical era preferível à convivência com a esquerda.

O *A Voz Católica* deu espaço de uma página inteira do semanário do dia 10 de setembro de 1961⁵⁷, para a publicação do Manifesto da Juventude Operária Católica (JOC) da Federação de Macapá, destinada às autoridades e ao povo amapaense. O manifesto foi publicado como resultado do primeiro Congresso do Jovem Trabalhador realizado no TFA, entre 21 de agosto e 3 de setembro, onde foram debatidos problemas enfrentados pela juventude operária local. Diante de reivindicações de melhoria das condições de trabalho, saúde, moradia e lazer dos trabalhadores, estava também, a preocupação com o mundo do trabalho diante de “problemas morais, filosóficos, sociais, e religiosos”, assim, elevando o debate para além do campo material. Para essa juventude operária, os problemas do trabalhador só podem ser resolvidos “sob a luz e as diretrizes da fé em Deus”, estabelecendo que qualquer solução desvinculada da orientação religiosa, especialmente as de matriz marxista, seria insuficiente ou ilegítima.

Como uma das conclusões do Congresso, a JOC sugeriu “penetração dos trabalhadores cristãos nos sindicatos, para neutralizar eventuais influências marxistas”. Ao mesmo tempo que o periódico denunciava a “infiltração comunista”, ele propunha abertamente uma ocupação cristã desses mesmos espaços, demonstrando que sua estratégia

⁵⁶ Enérgica reação dos operários democratas contra extremistas. *A Voz Católica*, de 25 de junho de 1961, n. 87, p. 1.

⁵⁷ Manifesto às autoridades e ao povo amapaense da Juventude Operária Católica. *A Voz Católica*, de 10 de setembro de 1961, n. 98, p. 3.

não consistia necessariamente em abandonar o espaço sindical, mas em disputá-lo internamente, buscando reorientá-lo segundo princípios cristãos.

Em relação aos princípios cristãos, é importante salientar que em algumas publicações, o jornal teve a preocupação de diferenciar a sua doutrina da ideologia comunista. Nesse caso, a Encíclica “*Mater et Magistra*” publicada pelo Papa João XXIII, em 15 de maio de 1961, tratava da evolução da questão social à luz da doutrina cristã⁵⁸. Em publicação do dia 3 de setembro de 1961⁵⁹, faz-se referência ao congresso intitulado “Igreja em Perigo”, ocasião em que se estabeleceram comparações entre os princípios do ensinamento cristão e as práticas sociais associadas ao comunismo. Como resultado dos debates desenvolvidos por 1000 advogados de diferentes países, houve o entendimento de que a diferença fundamental entre a concepção cristã e a perspectiva comunista residia na defesa da dignidade da pessoa humana e da liberdade individual.

Além disso, havia uma confusão retórica em relação ao termo “socialização”. Os leitores são alertados sobre a “ação astuta do Maligno”⁶⁰, em se utilizar da semelhança fonética entre “socialização” e “socialismo”, saindo a defesa da Encíclica contra distorções ideológicas. O jornal utiliza a metáfora do batismo, ao dizer que o Papa “batizou” a palavra, retirando o caráter político-marxista do termo e, assim, dando um significado puramente moral e cristão.

Outro assunto recorrente é a associação direta entre comunismo e controle do ensino, especialmente por meio da crítica à laicização da educação e à eliminação do ensino particular e religioso. O semanário publicou “O Ensino: objetivo comunista no mundo inteiro e no Brasil” de 26 de fevereiro de 1961⁶¹, apresentando a ideologia comunista como responsável por um projeto internacional de “descristianização”, articulado a partir de Cuba e orientado por Moscou. A educação surge como instrumento central desse projeto, sendo descrita como meio para afastar a Igreja da juventude e substituir a moral cristã por valores materialistas e ateus.

⁵⁸ JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica *Mater et Magistra*. In DE SANCTIS, Antonio (org.). **Encíclicas e documentos sociais**. São Paulo: Edições LTR, 1972.

⁵⁹ Delegados de várias confissões estudam a “*Mater et Magistra*”. **A Voz Católica**, de 3 de setembro de 1961, n. 97, p. 1.

⁶⁰ “Socialização”... Palavra temida. **A Voz Católica**, de 29 de outubro de 1961, n. 105, p. 6.

⁶¹ O Ensino: Objetivo comunista no mundo inteiro e no Brasil. **A Voz Católica**, de 26 de fevereiro de 1961, n. 70, p. 2.

Também se observa a recorrência da retórica da infiltração, entendida como processo oculto, gradual e perigoso. O comunismo é descrito como algo que “se infiltra” em escolas⁶², sindicatos⁶³, partidos⁶⁴, imprensa⁶⁵ e até nas estruturas do Estado⁶⁶, o que aparece tanto em textos sobre estudantes quanto em artigos mais amplos sobre contraespionagem e segurança nacional. Essa recorrência de notícias sugere a presença de um inimigo invisível e permanente, reforçando o clima de alerta e a necessidade de mobilização constante. Dessa forma, o discurso anticomunista aproxima-se de uma lógica conspiratória, na qual qualquer mobilização social pode ser interpretada como produto de ação comunista organizada.

Por fim, destaca-se que esses discursos não se limitam à denúncia, mas possuem um caráter normativo e mobilizador. O jornal conclama estudantes, famílias, autoridades e instituições a reagirem contra a infiltração comunista, legitimando a vigilância, o isolamento dos “extremistas” e a defesa ativa de uma ordem cristã. Assim, *A Voz Católica* não apenas reflete o anticomunismo católico do período, mas atua como agente ativo na sua difusão, especialmente no contexto de radicalização política que antecede o golpe de 1964.

2.3 – *A Voz Católica* e o golpe de 1964

Conforme discutido no capítulo anterior, ainda que as tensões entre a Igreja e o governo ditatorial tenham se aprofundado ao longo do regime militar, sobretudo após o endurecimento repressivo instaurado a partir de 1968, a Igreja Católica no Brasil, em termos institucionais e de maneira predominante, apoiou a deflagração do golpe de 1964. A análise das notícias veiculadas pelo *A Voz Católica* no período imediatamente posterior a 31 de março de 1964 evidencia o alinhamento do jornal amapaense — e, por extensão, da Prelazia de Macapá — ao movimento empresarial-militar. Observa-se, nesse contexto, a consolidação de um discurso explicitamente legitimador da intervenção das Forças Armadas.

⁶² Estudantes pedem justiça para escola particular, notadamente a católica. *A Voz Católica*, de 23 de abril de 1961, n. 78, p. 4.

⁶³ Infiltração comunista nos sindicatos. *A Voz Católica*, de 21 de maio de 1961, n. 82, p. 1.

⁶⁴ Lacerda adverte a U.D.N. contra a infiltração e pede combate vigoroso ao materialismo. *A Voz Católica*, de 28 de maio de 1961, n. 83, p. 1.

⁶⁵ Abuso inqualificável da imprensa vermelha. *A Voz Católica*, de 5 de março de 1961, n. 71, p. 2

⁶⁶ Infiltração comunista. *A Voz Católica*, de 13 de março de 1963, n. 179, p. 1.

No primeiro artigo publicado após instauração da Ditadura, com o título “Deus Abençoou o Brasil”⁶⁷, o golpe é interpretado como uma ação necessária e salvadora para conter uma crise que foi rapidamente resolvida graças aos generais vigilantes diante da “infiltração comunista”. A ação determinante descrita foi a dos militares em prender líderes sindicais, para assim, desarticular a força dessa instituição. Além disso, a narrativa apresenta João Goulart como demagogo e responsável por promover a desordem, ao tentar realizar reformas estruturais e fortalecer sindicatos. A intervenção militar é descrita como reação preventiva em defesa da democracia e da América Latina. Por fim, coloca o golpe como uma ação abençoada por Deus, resultado da luta anticomunista e contra a “doutrina totalitária que pretendia apoderar-se do Brasil”.

Esse mesmo tom é reforçado em “Guerra Sem Quartel ao Comunismo Ateu e Avassalador”⁶⁸, onde o comunismo é retratado como ameaça iminente e violenta, e que se não fossem as “forças democráticas”, a Nação já estaria sob o signo da “foice e martelo”. A quantidade de traidores era tanta, conforme o relatado pela notícia, que os militares precisaram da ajuda da Marinha para prender aqueles que estavam conspirando contra o país “a troco de dinheiro vermelho”.

Esse cenário de caos e prisões em massa chegou ao TFA, e o periódico considerou que houve um número relativamente alto de prisões em Macapá⁶⁹. entre os indivíduos presos estavam membros do movimento estudantil e dos sindicatos. Nesse contexto, aparece a figura do Coronel Portocarrero, responsável por ouvir e verificar sujeitos e ações subversivas, tanto de comunistas quanto de apoiadores de João Goulart. É interessante observar que o jornal não apresenta as prisões como uma violação de direitos, e nem questiona o porquê de alguns presos – que estavam na Fortaleza de São José de Macapá – estarem “incomunicáveis”; tratando a situação como uma “consequência da crise”, removendo a responsabilidade dos agentes do golpe e colocando a culpa nos próprios detidos por estarem “comprometidos” com o governo deposto e ideias comunistas.

Demonstrando de maneira ainda mais evidente o apoio à intervenção militar, o semanário convocou o povo católico amapaense para comparecer à Praça Matriz de São José de Macapá, para a “Marcha com Deus pela liberdade”, com objetivo de agradecer “ao

⁶⁷ Deus Abençoou o Brasil. *A Voz Católica*, de 5 de abril de 1964, n. 232, p. 1.

⁶⁸ Guerra Sem Quartel ao Comunismo Ateu e Avassalador. *A Voz Católica*, de 12 de abril de 1964, n. 233, p. 1.

⁶⁹ Prisões em Macapá. *A Voz Católica*, de 12 de abril de 1964, n. 233, p. 1

Todo-Poderoso por ter livrado o Brasil do jugo comunista”⁷⁰. No convite é reforçado que ninguém deve faltar, nem mesmo os que foram enganados, caso contrário, não seria considerado brasileiro. Ao final são convocados operários e estudantes para demonstrarem o seu patriotismo. Desse modo, verifica-se uma relação indissociável entre ser brasileiro e ser cristão, reforçando uma identidade nacional baseada na fé católica.

Na semana seguinte à Marcha, foi divulgado pelo semanário o resumo do discurso de Dom Aristides Piróvano⁷¹, divulgando os trechos considerados mais importantes. Em seu discurso, o comunismo é sistematicamente condenado por negar Deus, a propriedade privada e a dignidade humana, ao mesmo tempo em que se propõe uma “luta” baseada na reforma moral, na justiça social e na vivência do Evangelho. Nesse discurso, o bispo oferece uma alternativa católica às demandas sociais, reafirmando a doutrina social da Igreja como solução legítima frente ao marxismo.

De modo geral, as notícias analisadas demonstram que *A Voz Católica* não apenas apoiou o golpe de 1964, mas se fez agente ativo na sua legitimação simbólica no Amapá. O jornal incorporou a retórica da “revolução democrática”, reforçou o imaginário do comunismo como mal absoluto e providencializou a intervenção militar, caracterizando-a como desígnio divino. Ao mesmo tempo, naturalizou práticas repressivas, apresentando-as como medidas necessárias para a defesa da fé, da família e da nação.

A Prelazia de Macapá, através do semanário, atuou como um articulador de pânico moral e político, construindo uma narrativa que preparou a opinião pública do TFA para aceitar a ruptura democrática de 1964. Elevou a crise brasileira ao patamar continental, defendendo a organização do povo brasileiro e amapaense contra o comunismo. Durante esse processo, o discurso anticomunista católico do periódico desumanizou os movimentos sociais ao rotular movimentos estudantis como um foco de “anarquia subversiva”, e também descrevendo líderes sindicais como agentes da “ditadura vermelha” que manipulavam as massas operárias.

Além disso, associou as reivindicações locais de estudantes e trabalhadores com o medo de uma “comunização”. Toda essa retórica, que começou a ser construída desde 1960, transformou a intervenção militar em uma necessidade teológica e patriótica,

⁷⁰ Marcha com Deus pela Liberdade. *A Voz Católica*, de 12 de abril de 1964, n. 233, p. 1

⁷¹ Na Marcha com Deus pela Liberdade falou o nosso bispo. *A Voz Católica*, de 19 de abril de 1964, n. 234, p. 1

apresentando o golpe não como um ataque à democracia, mas como uma reação da civilização cristã contra uma ameaça avassaladora que punha em risco a segurança de todo o hemisfério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da comparação entre debate historiográfico apresentado e a análise do jornal *A Voz Católica* é possível verificar, em larga medida, que o periódico reproduziu as principais características do anticomunismo abordadas pela historiografia brasileira. Primeiramente, verifica-se a concepção do comunismo como uma ameaça moral, espiritual e civilizacional, e não apenas como adversário político. Assim como descrito na historiografia, o jornal desloca o debate do campo estritamente ideológico para o plano religioso, apresentando o marxismo como doutrina materialista, atea e incompatível com os fundamentos da fé cristã, associada à desordem, à destruição da família, reforçando a lógica maniqueísta polarizada em bem e mal.

Outro aspecto central amplamente reproduzido pelo periódico é a noção de infiltração, que se estruturou em torno da ideia de que o “perigo vermelho” atuava penetrando sindicatos, movimentos estudantis, instituições políticas e até mesmo espaços religiosos. No caso do *A Voz Católica*, essa narrativa manifesta-se de forma recorrente nas denúncias de infiltração comunista em entidades estudantis, organizações operárias e estruturas institucionais, com o periódico saindo em defesa da presença ativa de cristãos nos sindicatos e nos espaços de mobilização social, reforçando a ideia de que a solução para os problemas sociais deveria estar subordinada às diretrizes da fé e da hierarquia eclesiástica.

A figura do inimigo interno, que precisa ser combatido, aparece como elemento central do discurso da infiltração. E o jornal reproduz, em consonância com a historiografia, a oferta de uma alternativa católica ao conflito social, assim como a Igreja, em âmbito nacional, investiu na formação de associações operárias, movimentos leigos e lideranças cristãs para neutralizar a influência marxista.

Todas essas características abordadas são elementos centrais do imaginário anticomunista, que corroboram para a construção de um clima de vigilância e medo, ao associar o comunismo à ideia de instabilidade política e ameaça à nação. Essa construção preparou o terreno para o golpe de 1964, em que intervenção militar é colocada como resposta necessária à suposta ameaça revolucionária, em concordância com a interpretação historiográfica que aponta o anticomunismo como um dos pilares simbólicos de legitimação do golpe.

Além disso, observa-se que o jornal acompanhou a racionalização institucional do anticomunismo característico dos anos 1960, apontada por Rodrigo Patto Sá, que diz respeito ao processo pelo qual o discurso anticomunista deixa de se apoiar predominantemente em imagens míticas, demonizações explícitas e metáforas religiosas intensas — muito comuns nas décadas anteriores — e passa a assumir uma forma mais organizada, técnica e institucionalizada, sem perder seu potencial mobilizador. Diferentemente de uma retórica exclusivamente demonizante, embora esta também esteja presente em certos momentos, o jornal adota frequentemente uma linguagem que combina fundamentos da sua doutrina, fazendo referência à Doutrina Social da Igreja e às encíclicas papais⁷², com argumentos políticos e sociais, invocando a defesa da democracia a manutenção da ordem como elementos fundamentais do combate à “doutrina vermelha”. Essa articulação confirma a interpretação historiográfica de que o anticomunismo católico não era apenas reação emocional, mas sistema estruturado de representações e práticas discursivas.

A pesquisa buscou contribuir para o debate historiográfico acerca do anticomunismo no contexto amapaense e amazônico, espaços ainda pouco explorados nos estudos sobre o tema. Levando em consideração a importância de se ampliar a compreensão sobre a capilaridade do discurso anticomunista, sobretudo no contexto da consolidação e instauração do regime ditatorial, reforçando que o apoio ao golpe de 1964 não se restringiu aos grandes centros urbanos do Centro-Sul, mas integrou um projeto articulado que mobilizou identidades locais e instituições religiosas em todo o território nacional. A análise do jornal buscou evidenciar como tais narrativas foram apropriadas, reelaboradas e instrumentalizadas no então Território, ressaltando que o anticomunismo foi fenômeno nacional, mas que também se adaptou às especificidades regionais.

Dessa forma, conclui-se que o periódico amapaense não apenas reproduziu as características do anticomunismo católico consolidadas pela historiografia, mas também as adaptou ao contexto local, indicando que esse fenômeno alcançou efetivamente o TFA. Trata-se, portanto, de uma manifestação inserida em um movimento de alcance nacional, ainda que marcada por especificidades regionais, sem que, contudo, se afastasse de seus elementos estruturantes fundamentais.

⁷² A exemplo da encíclica **Mater et Magistra**, citada no capítulo anterior.

FONTES

Abuso inqualificável da imprensa vermelha. **A Voz Católica**, de 5 de março de 1961, n. 71, p. 2

Aniversaria hoje o nosso Jornal. **A Voz Católica**, n. 105, de 29 de outubro de 1961, p. 1.

Bispos e padres expulsos de Cuba. **A Voz Católica**, de 24 de setembro de 1961, n. 100, p. 1.

Castrismo já é castrite. **A Voz Católica**, de 7 de maio de 1961, n. 89, p. 1.

Cerremos fileiras contra o comunismo. **A Voz Católica**, de 21 de abril de 1961, n. 82, p.1.

CHARONE, Uadih. Nós somos amigos do estudante amapaense. **A Voz Católica**, de 23 de junho de 1963, n. 191, p.1.

Comunismo inimigo de Deus. **A Voz Católica**, n. 291, de 23 de maio de 1965, p. 4.

Cuba ameaça a democracia das Américas. **A Voz Católica**, de 14 de maio de 1961, n. 81, p. 1.

Delegados de várias confissões estudam a "Mater et Magistra". **A Voz Católica**, de 3 de setembro de 1961, n. 97, p. 1.

Deus Abençoou o Brasil. **A Voz Católica**, de 5 de abril de 1964, n. 232, p. 1.

Enérgica reação dos operários democratas contra extremistas. **A Voz Católica**, de 25 de junho de 1961, n. 87, p. 1.

Estudantes derrotam comunismo. **A Voz Católica**, de 18 de novembro de 1962, n. 160, p. 1.

Estudantes pedem justiça para escola particular, notadamente a católica. **A Voz Católica**, de 23 de abril de 1961, n. 78, p. 4.

Força moral da Igreja em Cuba. **A Voz Católica**, de 20 de novembro de 1960, n. 56, p. 2.

Guerra Sem Quartel ao Comunismo Ateu e Avassalador. **A Voz Católica**, de 12 de abril de 1964, n. 233, p. 1.

Hostilidade contra a igreja em Cuba. **A Voz Católica**, de 30 de abril de 1961, n. 79, p. 1.

Infiltração comunista. **A Voz Católica**, de 13 de março de 1963, n. 179, p. 1.

Infiltração comunista nos sindicatos. **A Voz Católica**, de 21 de maio de 1961, n. 82, p. 1.

Intercedem por prisioneiros cubanos os democratas-cristãos do Caribe. **A Voz Católica**, de 25 de maio de 1961, n. 87, p. 1.

Já não pode a UNE falar em nome dos estudantes do Brasil. **A Voz Católica**, de 25 de junho de 1961, n. 87, p. 1.

Lacerda adverte a U.D.N. contra a infiltração e pede combate vigoroso ao materialismo. **A Voz Católica**, de 28 de maio de 1961, n. 83, p. 1.

Manifesto às autoridades e ao povo amapaense da Juventude Operária Católica. **A Voz Católica**, de 10 de setembro de 1961, n. 98, p. 3.

Marcha com Deus pela Liberdade. **A Voz Católica**, de 12 de abril de 1964, n. 233, p. 1

Na Marcha com Deus pela Liberdade falou o nosso bispo. **A Voz Católica**, de 19 de abril de 1964, n. 234, p. 1

O Ensino: Objetivo comunista no mundo inteiro e no Brasil. **A Voz Católica**, de 26 de fevereiro de 1961, n. 70, p. 2.

Onda de terror em Cuba. **A Voz Católica**, de 7 de maio de 1961, n. 80, p. 1.

Onde domina o comunismo diminuem os padres. **A Voz Católica**, de 25 de março de 1962, n. 126, p. 5.

Prisões em Macapá. **A Voz Católica**, de 12 de abril de 1964, n. 233, p. 1

"Socialização"... Palavra temida. **A Voz Católica**, de 29 de outubro de 1961, n. 105, p. 6.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. Tradução . São Paulo: Humanitas, 2015. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.
- COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009.
- Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. Conservadorismo durante a ditadura. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Faperj; Mauad, 2000.
- LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MOTTA, R.P.S. 2008. A "indústria" do anticomunismo. **Anos 90**. 9, 15 (nov. 2008), 71–91. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6613>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto. 2000. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do Regime Militar Brasileiro nos Campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 9, n.16, jan.-jun. 2008. p. 30-67.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá**: terror, resistência e subordinação, 1964-1974. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas. Campinas, 2001.

SILVA, Adriane dos Prazeres. Vigilância dentro das Matas: a ditadura militar nos rincões da Amazônia (1970-1980). In: MESQUITA, T. B.; FONTES, E. J. O. (orgs.). **A Amazônia e a Ditadura Militar no Brasil**. Ananindeua-PA: Cabana, 2024, p. 35-64.

SILVA, Maura Leal da. **O território imaginado**: Amapá, de território à autonomia política, 1943-1988. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **A invenção do inimigo**: história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.